

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 535.193 - SP (2019/0285784-8)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : RAFAEL SILVA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : RAFAEL SILVA DE OLIVEIRA - SP394128
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIS GUSTAVO DE LIMA FLORENCIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIS GUSTAVO DE LIMA FLORENCIO, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2176108-83.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 25-07-2019, por ter, supostamente, cometido o delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Aduz o impetrante, em breve síntese, a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do paciente, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Sustenta que o fato de o paciente ter praticado atos infracionais enquanto adolescente não justificaria o encarceramento provisório.

Defende que, caso condenado, fará jus à aplicação da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de drogas, o que possibilita a fixação de regime inicial diverso do fechado e a substituição por restritiva de direitos, razão pela qual a prisão preventiva do acusado seria mais severa que os efeitos de sua eventual condenação.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o acusado faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 64-67):

[...]

2. Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante no dia 25 de julho de 2019 pela prática em tese do artigo 33 da Lei 11.343/06, pois juntamente com a adolescente TAB, traziam consigo, para fins de tráfico, 29 (vinte e nove) invólucros plásticos contendo 24,7g (vinte e quatro gramas e sete decigramas) de cocaína, 22 (vinte e dois) eppendorfs contendo 9,6g (nove gramas e seis decigramas) de cocaína, 37 (trinta e sete) eppendorfs contendo 4,4g (quatro gramas e quatro decigramas) de cocaína na forma de “crack” e 53 (cinquenta e três) invólucros plásticos contendo 113,3g (cento e treze gramas e três decigramas) de maconha. Na data seguinte, durante audiência de custódia, a prisão foi convertida em preventiva.

[...]

Estabelecidos tais pontos, de rigor enfatizar que eventuais condições favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa não afastam a necessidade da análise dos quesitos autorizadores da excepcional custódia cautelar.

E, com efeito, no caso vertente, as circunstâncias da prisão, a relevantíssima quantidade e diversidade de entorpecentes apreendidos, bem como o envolvimento de adolescente, a demonstrar, ao menos por ora, sua ligação com atividades criminosas não possibilitam a revogação da custódia cautelar.

De fato, a prisão se mostra imprescindível para a garantia da ordem pública, porquanto se trata de delito de tráfico de drogas, o qual denota conduta perniciosa à sociedade, sobretudo por contribuir com a disseminação da substância ilícita entre a população, fato que coloca em risco, inclusive, a tranquilidade social, mormente por ser causa mediata de vários outros delitos, notadamente os de natureza patrimonial.

Ainda em decorrência das mencionadas peculiaridades do caso em concreto, as medidas alternativas à segregação cautelar, previstas nos artigos 319 e 320 do Diploma Processual Penal, tão pouco se mostram aconselháveis - eis que, como supra fundamentado, a garantia da ordem pública e a necessidade de garantir a futura aplicação da lei penal tornaram imperiosa a manutenção do paciente no cárcere.

Da leitura de tais argumentos não exsurtem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no

Superior Tribunal de Justiça

momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

